

Adriano Moreira

## **AS DUAS EUROPAS**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

**FICHA TÉCNICA**

**TÍTULO**  
AS DUAS EUROPAS

**AUTOR**  
ADRIANO MOREIRA

**EDITOR**  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

**EDIÇÃO**  
ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA  
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

**ISBN**  
978-972-623-182-0

**ORGANIZAÇÃO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa  
R. Academia das Ciências, 19  
1249-122 LISBOA  
Telefone: 213219730  
Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt  
Internet: www.acad-ciencias.pt



## AS DUAS EUROPAS

Adriano Moreira

Ao longo dos tempos, a Europa foi um espaço de realidades diferenciadas, em primeiro lugar pela multiplicidade dos povos e respectivas identidades que vieram a integrar a unidade europeia, mas também bipartida pelas concepções do mundo e da vida que servem de referências directoras para a gestão do Estado e da sociedade civil.

Nesta entrada do terceiro milénio, em que a concepção democrática do Estado e da sociedade civil domina as instituições estaduais e transnacionais, é talvez oportuno recordar que, para além das diversidades dos textos constitucionais, e das divergências sobre a estrutura eventualmente constitucional da União Europeia, também a tradição democrática tem duas facetas matriciais.

Em primeiro lugar a Escola de Atenas do século V a . J. C., que tem no famoso discurso de Péricles o texto fundador. É notável que as suas palavras, proferidas à beira do túmulo de um soldado da Guerra do Peloponeso, tenham sido recolhidas por Tucídides, na sua História dessa guerra, sendo ele um adversário político do orador, e discreto na notícia que legou do seu pessoal infortúnio.

Proclamou Péricles: “A nossa constituição nada tem que invejar às leis que regem os nossos vizinhos; longe de imitar os outros, damos exemplo a seguir. Pelo facto de o nosso Estado ser administrado no interesse do povo e não de uma minoria, o nosso regime recebeu o nome de democracia. No que respeita às diferenças particulares, a igualdade é garantida a todos pelas leis; mas no que toca à participação na vida pública, cada um é respeitado em função do seu mérito, e a classe a que pertence importa menos que o seu valor pessoal. A liberdade é a nossa regra no governo da República...”.

Enquanto Péricles, embora na realidade exercesse um poder pessoal que diminuía a autenticidade da imagem do regime, afirmava o papel de cada cidadão no exercício do governo, expressamente afirmando que, quem não participa na gestão do interesse público não é digno de ser ateniense, o legado romano, no testemunho de Políbio, na sua História escrita no século. 2.º a. J.C., aponta mais para o poder de minorias.

São estas as suas palavras: “As três fontes de autoridade política das quais falei antes, tinham o seu lugar na constituição romana. Todas as autoridades do Estado, em cada um dos domínios onde era exercida, estavam organizadas e reguladas sob a direcção destes três poderes de maneira tão equitativa e judiciosa que ninguém, mesmo um cidadão romano, poderia afirmar com segurança se essa constituição era, para tudo dizer, aristocrática, democrática, ou monárquica. E havia alguma razão para a perplexidade. A quem, com efeito, prestasse atenção aos poderes dos cônsules, parecer-

lhe-ia como um regime inteiramente monárquico, com todas as características de uma realeza. Quem avaliasse o Senado, parecer-lhe-ia uma aristocracia. E se observasse os poderes de que dispunha o povo, parecia-lhe evidente que se tratava de uma democracia...”

Neste caso, a evolução real da sede do poder, que viria a concentrar-se no Imperador, apontou para o predomínio de uma minoria, agravando assim o legado da falta de autenticidade que Tucídides apontou a Péricles, em relação à semântica do discurso, uma falta de autenticidade que faz parte dos infortúnios da herança cultural europeia.

Nesses infortúnios destaca-se o exercício do poder ditatorial, com este nome ou com arranjos semânticos variados, desde a prática romana aos totalitarismos que devastaram a Europa no século XX. Recordemos o discurso de Calgacus, dirigindo-se às suas tropas escocesas, animando a resistência à invasão comandada por Agrícola na dinastia romana dos Flávios, e daremos conta da sua presença na genealogia da agressão nazi e da agressão soviética.

Disse o seguinte, segundo Tácito, na sua obra sobre a Vida de Agrícola:” Piratas do Mundo, depois que, devastando tudo, não têm mais terras a pilhar, rebuscam o mar; ávidos de possuir, se o inimigo é rico, de tyrannizar, se este é pobre; nem o Oriente, nem o Ocidente os satisfizeram; únicos entre todos, assaltam com o mesmo ardor a opulência e a indigência. Roubar, massacrar, arrasar, eis aquilo que o seu vocabulário enganoso chama autoridade, e a provocar o vazio chama pacificação”.

Para simplificar esta intervenção, que mais deverá centrar-se sobre a circunstância do presente, talvez possamos admitir que as duas Europas correspondem respectivamente a uma *Europa da Autenticidade*, de fidelidade aos valores e à palavra livre, e a uma *Europa Maquiavélica*, em que a força é o instrumento coberto pela submissão das palavras e da imagem.

No desastre do Império Euromundista, cujo ponto final esteve na guerra de 1939-1945, os dois legados, depois de séculos de conflitos binários, foram recuperados para a Organização das Nações Unidas, apoiadas na ilusão de que algumas das potências europeias ainda mantinham a capacidade que lhes dava proeminência na ordem internacional antes do conflito: o *legado maquiavélico* da força ficou inscrito no estatuto de Conselho de Segurança, com a França e a Inglaterra a figurarem de grandes potências; o *legado humanista* foi remetido para a Assembleia-Geral, tudo apoiado em normativos totalmente de origem ocidental, porque as restantes áreas culturais do mundo, até ali submissas à colonização, só depois viriam a tomar assento com as suas diferentes vozes, falando pela primeira vez em liberdade.

Neste legado humanista, a própria identidade cristã, que veio reunir-se às heranças grega e romana, foi objecto das metades europeias, com um pluralismo interior de cada uma. Em primeiro lugar, logo a partir dos séculos 5.º e 6.º, a divisão entre a *crístandade grega* e a *crístandade latina*, que se reflectiu na liturgia, cheia de esplendor no Oriente, e mais austera no Ocidente, também sobre a função das ordens religiosas, sobre a relação entre a Igreja e o Estado, sobre a autoridade do Papa e a autoridade do Patriarca de Constantinopla. De qualquer modo a Europa do Ano Mil é cristã, embora com largo campo de evangelização a cumprir, com os anátemas de 1054 a dar identidades separadas à Igreja Católica Romana e à Igreja Ortodoxa: o rasto destruidor das Cruzadas ficaria inscrito na fronteira entre ambas.

Nesta divisão que anunciou a que viria a chamar-se Europa Ocidental, Lutero (1483-1546) seria a referência divisória desta Europa, a da *reforma protestante* e a da *reforma católica*: a primeira com expressão na Conferência de Augsbourg (Melanchthon, 1530), nas intervenções de Zwingli e de Calvino (1541), e no compromisso anglicano de Isabel de Inglaterra (1559-1563); a segunda, tendo como marco o Concílio de Trento (1545-1563), encontrou na Companhia de Jesus um instrumento ao serviço da identidade, e firmou as fronteiras, aquém da Europa ortodoxa, de uma Europa Católica face a uma Europa Protestante, esta com um pluralismo marcado pelas áreas luterana, calvinista, anglicana.

As guerras da religião, que ensombram o século XVI, articularam as políticas com as crenças, enquanto os turcos, para angústia de Erasmo, cercaram Viena (1529) e devastaram a Baviera, para finalmente erguerem a bandeira imperial em Istambul, a cidade mais populosa de toda a Europa. Ao assumir o poder, em 1661, e segundo as *Memoires de son règne et de ses principales actions*, iniciadas em 1670, Luís XIV afirma-se seguro de que a paz e a guerra na Europa dependem da França.

O facto, sempre enfrentando conflitos guerreiros, foi aparecerem a Europa dos Impérios Terrestres, o da Alemanha de Bismarck, o Império Austro-Hungaro, fazendo fronteira com o Império dos Tsars e o Império Otomano, e a Europa dos Impérios marítimos, de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda, Bélgica.

Globalmente, um Império Euromundista, que seria destruído pelos seus demónios interiores em duas guerras chamadas mundiais, de 1914-1918 e 1939-1945, e não por qualquer desafio do resto do mundo submisso à colonização: o desastre, que na Europa causou 30 milhões de mortos, mais uma vez a deixava dividida em duas Europas, aceitando um compromisso entre os princípios e a realidade que limitava severamente a área da autenticidade.

Desta feita, talvez Yalta (1945) possa ficar como a referência da supremacia do legado maquiavélico sobre o legado humanista dos europeus: a política das metades implicou duas Europas, duas Alemanhas, duas cidades de Berlim, e, na liquidação do Euromundo, duas Indochinas, duas Coreias e duas Chinas. A capitulação dos princípios

garantiu que uma guerra desencadeada contra o totalitarismo entregasse a Europa de Leste ao totalitarismo esmagador soviético; e permitiu que o Tribunal, de Vencedores Democráticos, de Nuremberg, tivesse, entre os instituidores, a antiga aliada de Hitler que era a totalitária URSS, que logo dinamizaria a ameaçadora *guerra-fria* até 1989, queda do Muro de Berlim.

A queda do Muro foi uma data de exigente meditação sobre a capacidade de se construir uma unidade, depois de, entre 1945 e 1974 a Europa ter perdido os impérios coloniais, de ter dado curso na sua face ocidental ao nascimento da União Europeia, mas agora obrigada a receber a Europa rebelada contra a URSS imperial, escutando o eco da proclamação de Victor Hugo – *Il faut à l'Europe une nationalité européenne* (1876).

Este ponto final da guerra-fria foi também o ponto de partida para uma nova atitude dualista, mas obrigando a uma renovação da semântica. Desde a guerra de 1939-1945, e no meio século seguinte da guerra-fria, os conceitos operacionais de democracia, atlantismo, libertação dos povos europeus, fizeram convergir o espaço político ao qual o legado imaterial europeu deu identidade, com a denominação integradora de – Ocidente.

Este Ocidente, que não incluía apenas democracias mas também regimes autoritários que todavia partilhavam conceitos da sociedade civil, defrontou-se com um aviso antigo de Toynbee: todas as outras áreas do mundo africano e orientais, consideram os ocidentais como os grandes opressores dos tempos modernos.

Nesse espaço, destacam-se em grande plano os EUA, cujos soldados vieram morrer na Europa nas duas guerras mundiais, a lutar contra os demónios interiores das suas matrizes originais, e sem esse sacrifício não teriam sido possíveis as vitórias de ambas as guerras.

Todavia, se a ameaça externa, ou o conflito dos demónios interiores, foram eventualmente determinantes de reflexões sobre a unidade para a resposta, a paz, com a ilusão de a ter conseguido, pareceu mais favorável ao regresso dos demónios interiores. A libertação da Ásia, com o sinal da Conferência de Bandung (1955), anunciou a neutralidade dos países de côr, dos povos colonizados, e dos pobres, em relação ao conflito dos Blocos Militares, e à sua atitude de repúdio dos países ricos e afluentes do ocidente, que os tinham dominado politicamente; a África, última a libertar-se, começando pela Líbia, em 1951, ao Norte, e pelo Ghana em 1954 ao Sul, apenas teve de esperar até 1974 pela Revolução dos Cravos em Portugal.

Foi ainda à ajuda dos 13 mil milhões de dólares que os EUA distribuíram pelos países da OCDE, entre 1948 e 1952, que se deveram o chamado *Milagre Alemão* sob a direcção de Konrad Adenauer (1949-1963), e o *Milagre Italiano*, acrescentando-se o

*Milagre Francês* mais conhecido pelos *Trente Glorieuses*, e que o movimento da unidade da Europa Ocidental recebeu dinâmica e futuro.

Quando Robert Schuman adoptou o projecto que finalmente entrou em velocidade controlada em Messina, no dia 1 de Junho de 1955, tendo a sua primeira pedra institucional no Tratado de Roma de 22 de Março de 1957, tudo incluiu novas sementes de divisão.

Agora, transferindo para o Oceano Atlântico, à medida que a paz e a prosperidade se consolidavam, as diversidades das duas Europas modificadas em dois Ocidentes, com o *européismo* e o *americanismo* a alinharem as diferenças. Tudo com um grave problema de *memórias*: os miraculados europeus a tomarem a imagem pela realidade, promovendo o regresso de alguma semântica da grandeza anterior ao desastre, inclinados a retomarem protagonismos directivos na União, como é por vezes evidente no conjunto da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Itália, e até da Espanha; por outro lado, crescendo o esquecimento da passada solidariedade dos EUA, estes a evoluírem para o *unilateralismo*, que desastrosamente ajudou a diluir a sua autoridade mundial, e a reforçar nos factos o aviso que atempadamente ficou devido a Toynbee.

Uma apressada doutrinação neoconservadora fortaleceu a deriva unilateralista liderada pela Administração republicana dos EUA: proclamado o *fim da história* (Fukuyama) enunciou uma utopia mais ambiciosa de vigência do que o milenarismo germânico que causara a guerra, vinculando a própria inspiração a Marte, enquanto remetia a Europa para uma doce Vénus.

A realidade fez remeter a utopia do *fim da história* para os arquivos, submeter as legiões às terríveis provações do Iraque e do Afeganistão, e afundou o globalismo no desastre do sistema financeiro e da economia real.

Por seu lado a Europa, carente de energias, de matérias-primas, e até de reservas estratégicas alimentares, parece definitivamente inclinar-se para colocar o diálogo e o tratado, no lugar em que durante séculos guardou as armas prontas para o combate, embora a arrogância tenha assomos de conflito entre a memória e os factos, designadamente no que toca à reforma do Conselho da Segurança onde duas passadas potências europeias ainda exercem o privilégio do veto: a França e a Inglaterra.

As incertezas sobre as capacidades, métodos, e projectos, orientadores dos poderes típicos e atípicos que se multiplicam sem coordenação fiável dessa complexidade, fazem desta conjuntura uma época de planos de contingência. Essa dispersão das iniciativas é raras vezes marcada por objectivos que excedam a definição experimental de programas regionalizados por interesses que são paroquiais em relação ao globalismo estrutural.



O primarismo de lideranças que despontam na geografia da fome, ameaçando com a utilização de técnicas de destruição maciça a que tiveram acesso agravando as carências da população, tem réplica na exigência com que grupos restritos de poderes vigentes nas áreas da afluência imaginam poder transformar os seus planos de contingência numa governança mundialmente observada.

Na data da queda do Muro de Berlim, o visionário Robert Muller, muito apoiado pela cultura dominante na ONU que servia, imaginou, se a interpretação não excede o alcance dos textos, que se chegara à hora do reconhecimento e afirmação de uma verdadeira comunidade internacional dos povos, apoiada na esperança emergente de cidadãos do mundo.

A realidade exigiu outra moderada visão do possível, com uma Agenda para a Paz de 1992, à qual, em 1995, o Secretário-Geral Boutros-Ghali acrescentou um Suplemento, correndo atrás da acelerada mudança dos factos. Tem merecimento, e requer respeito, o conjunto de intervenções que, sob a égide da ONU, foram sendo desenvolvidas, com sacrifícios de vidas e recursos, para acudir à violação da paz mais proclamada do que conseguida. Mas esta corrida atrás dos factos foi debilitando a relação de eficiência entre os meios disponíveis e as exigências, com erosão da autoridade da ONU.

Apelar agora à reforma da ONU tem claro apoio na transformação do panorama mundial entre os dias da sua fundação, iluminados de esperança pela vitória dos aliados, e a incerteza com que se entrou no novo milénio sobre a possibilidade de ultrapassar em paz a situação caótica da ordem global.

Nestas circunstâncias, o que verdadeiramente subsiste de fundamental na ONU é o facto de ser o único lugar do mundo onde todos falam com todos, um valor irrenunciável para os que não desistem da convicção dos fundadores de que é possível colocar o diálogo construtivo no lugar dos conflitos.

Existem todavia razões para temer que essa convicção se fique pelos utopismos da estirpe de Muller, porque dos projectos de reforma se pode dizer o que Frederico da Prússia dizia dos projectos de paz perpétua, isto é, que à sua perfeição apenas faltava o acordo das potências. Porque esta situação se perpetua, e nada faz supor que a reserva prussiana possa ser proximamente substituída por uma atitude de maior compreensão do próprio interesse dos perturbadores da paz e dos projectos de futuro pacífico, merece atenção e apoio o esforço persistente desse homem de perfil humilde que é o actual Secretário-Geral da ONU Ban-Ki-moon.

Destacamos a intervenção que teve na última Conferência de Presidentes da Cimeira para a Paz, realizada em Nagasaki em 7 de Agosto. Proclamou ser possível libertar o planeta do “flagelo letal” que são as armas nucleares, afirmando, segundo os

noticiários, que “todos os Estados detentores de armas nucleares apoiam oficialmente este objectivo”. Uma expressão prudente, que torna evidente a perplexidade profunda do orador: o apoio anunciado é o oficial. Mais de meio século depois da fundação da ONU, a distância entre o discurso oficial e as condutas é uma constante que aponta para a dúvida prussiana. Neste caso porque é necessário ultrapassar a afirmação de que existem Estados confiáveis para deter armas de destruição maciça. Entretanto, a voz da ONU prega num deserto de cedências, mas não de esperanças.

Na circunstância da desordem em que nos encontramos, entre mais domínios naquilo que respeita ao controlo das armas de destruição maciça, o apelo ao consenso para adoptar o desarmamento global reclama apoio de todas as instâncias governativas, e também da sociedade civil que é finalmente a vítima de todos os erros e de todas as omissões.

Os sessenta e cinco membros da Conferência sobre o desarmamento, que se ocupa dos tratados multilaterais, abordam um dos pontos mais sérios que é o de conseguir que os Estados que não possuem armas nucleares se considerem seguros.

É certamente uma tarefa de resultados pouco promissores, embora de significado paliativo, porque implica aceitar que os detentores dessas armas são Estados confiáveis, e que os restantes não abrigam uma geral e igual virtude. Durante toda a duração da Guerra Fria, foi geral a doutrinação no sentido de que a experiência de Hiroxima e Nagasaki iluminou os Blocos militares no sentido de entenderem e praticarem que a posse dos arsenais era uma garantia recíproca de que não seriam usadas.

Depois da queda do Muro de Berlim, nesta era do pós-Guerra Fria, a existência de dezenas de milhar de armas nucleares, os numerosos ensaios nucleares que entretanto se verificaram, e concretamente ameaças potenciais de regimes como os da Coreia do Norte ou do Irão, retiraram credibilidade àquela frágil convicção a que as populações se ampararam, por mais de meio século, a absurda garantia de que a posse dos arsenais assegurava a não utilização com o efeito colateral de garantir a ordem estabelecida, em todo o caso diferente da paz.

Desfeitas as ilusões criadas entre as populações civis, sempre acompanhadas pela fundada dúvida de que também os responsáveis políticos tivessem igual confiança no que proclamavam, agora também as superpotências dessa época, menos seguras de manterem a respectiva supremacia estratégica daquele período, dão sinais de reconhecer que ninguém está seguro.

São bons sinais dessa conclusão, mais animadores se a vontade política se demonstrar igualmente determinada, o facto da Austrália e o Japão terem lançado um movimento contra a proliferação e a favor do desarmamento, também a anunciada reunião na ONU dos países que são parte no Tratado de Proibição Total dos Ensaios Nucleares (ETBT), decididos a torná-lo efectivamente vigente, e ainda a continuada

pregação do Secretário-Geral Ban Ki-moon no sentido de substituir definitivamente o falso pressuposto de que a posse do arsenal garante a paz, pelo reconhecimento da evidência de que nenhum Estado é confiável para dispor de armas de destruição maciça, insistindo na urgência de negociações de boa-fé sobre o desarmamento, submetido a uma fiscalização credível.

A tentativa de, pelo uso do poder da palavra, conseguir que o Conselho de Segurança colabore na criação de uma nova confiança internacional, neste caso visando tranquilizar os Estados que não possuem as armas, e certamente também conseguir a desistência daqueles que desenvolvem programas ameaçadores, exige resistência e determinação para suportar sem desânimo as decepções que inevitavelmente vai coleccionar. Mas, não perdendo de vista as outras ameaças que pendem sobre a Terra em consequência do uso incauto dos avanços da ciência e da técnica, sem referências éticas, o objectivo de conseguir um mundo sem armas de destruição maciça é irrenunciável, para restabelecer a confiança das populações, para caminhar para a estabilidade estratégica, para conseguir à recuperação do desenvolvimento humano sustentado usando recursos que se perdem a fortalecer essa ameaça de ponto final.

Meditando sobre a evolução do mundo, e ainda longe da gravidade da conjuntura actual, Sartre, mais próximo do projecto da salvação laica, do que do apelo à transcendência que cresce entre os povos alienados, concluiu que as pessoas tinham de decidir se usavam os poderes adquiridos para sobreviver ou morrer.

A luz ao fundo do túnel aponta, no sentido da salvaguarda da vida, para uma nova ordem de Regiões e não de Estados, como foi a que vigorou até à queda do Muro em 1989.

Nessa ordem de regiões – Budista, Hinduísta, Muçulmana, Ortodoxa, Africana, o Ocidente está desafiado a ultrapassar a herança das metades, a que as duas Europas repetidamente deram fronteiras e invocações, agora as do Atlantismo e do Europeísmo, as de Marte e Vénus, para se reconciliarem numa unidade de pertença ao património comum da Humanidade, que lhes deve parte fundamental. A alternativa é a de voltar a abrir caminho aos demónios interiores, retomando a narrativa dos desastres passados.

*(Comunicação apresentada no CEIS20 da Universidade de Coimbra  
a 9 de Novembro de 2009)*